



Bolsas Na quinta-feira 0,18% São Paulo	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 116.633 115.253,31 29/3 30/3 31/3 01/04	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na quinta-feira R\$ 5,715 (▲ 5,715%) Últimas cotações (em R\$) 24/março 5,639 26/março 5,670 29/março 5,766 30/março 5,762 1º/março 5,629	Euro Comercial, venda na quinta-feira R\$ 6,730	Capital de giro Na quinta-feira 5,73%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 2,66%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Outubro/2020 0,86 Novembro/2020 0,89 Dezembro/2020 1,35 Janeiro/2021 0,25 Fevereiro/2021 0,86
---	---	---	--	---	---	--	---

CONJUNTURA / Áreas econômica e política do governo e Congresso se acertam, mas ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, não adianta o valor exato da redução para evitar a pedalada fiscal de Bolsonaro. Data limite para a aprovação ou veto do presidente é dia 22

Orçamento deve ter corte de R\$ 15 bilhões

» ROSANA HESSEL

As áreas econômica e política do governo e o Congresso conseguiram chegar a um acordo sobre o Orçamento deste ano. Foi o que disse a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, sem, porém, adiantar o valor exato do corte a ser feito para evitar o risco de uma condenação do presidente Jair Bolsonaro pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por crime de responsabilidade fiscal. A Corte foi acionada por parlamentares, no último dia 29 de março, para dar um parecer sobre as diversas irregularidades da peça, considerada inexecutável. A data limite para o presidente Jair Bolsonaro aprovar ou vetar o documento é 22 de abril.

Segundo a ministra, que ainda não tomou posse oficialmente, o acordo político foi fechado depois de uma série de reuniões entre ela, os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), e integrantes da equipe econômica. Fontes do governo asseguram que foram fechadas as condições para que o governo promova um corte de pelo menos R\$ 15 bilhões, além dos R\$ 10 bilhões que o relator se comprometeu de reduzir dos R\$ 26,5 bilhões as emendas parlamentares. Bolsonaro deixou para bater o martelo sobre o resultado das negociações a partir de hoje.

Flávia, inclusive, conversou com Bruno Dantas, ministro do TCU, relator do processo que investiga a denúncia dos parlamentares para as irregularidades no Orçamento — que ressaltaram a não priorização dos gastos com a pandemia da covid-19. E apontaram maquiagem contábil e contabilidade criativa.

Instabilidade

A área econômica já havia sugerido a Bolsonaro uma série de vetos, a fim de evitar o descumprimento das regras fis-

Ana Rayssa/CB/D.A Press



De acordo com a ministra, as conversas do final de semana conseguiram avançar para tornar o Orçamento factível. Falta fechar o tamanho do corte

cais. As contas públicas estão no vermelho desde 2014 e a dívida pública bruta, em fevereiro, alcançou o maior patamar da história: 90% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual bem acima da média dos países emergentes, de 50%.

Em entrevista ao **Correio**, publicada ontem, o ex-diretor do Banco Central e CEO e sócio da gestora Mauá Capital, Luiz Fernando Figueiredo, apontou a questão fiscal como o principal fator de instabilidade no câmbio e na confiança de investidores, que já cobram prêmios de risco cada vez mais altos para os títulos do Tesouro Nacional, e bem acima do esperado, considerando apenas o risco-país.

Ele lembrou que, por conta do desequilíbrio fiscal, resultado de um Estado inchado e que gasta 40% do PIB, o país não cresce há

15 anos. Segundo o economista, o Brasil “está à beira de um colapso fiscal” e, se negligenciar, poderá seguir os mesmos passos da Grécia de 2010.

Entre os economistas do governo, há muita insatisfação. Dizem que, com o Orçamento aprovado pelo Congresso, o Brasil caminhará rapidamente para o precipício, pois o teto de gastos e a regra de ouro, que são as últimas barreiras à derrocada fiscal, cairão. Flávia Arruda acredita, porém, que esse risco não existe mais.

Mesmo considerando um corte adicional de R\$ 15 bilhões, ainda não será possível cobrir o rombo estimado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) para evitar o estouro do teto de gastos. Pelos cálculos da entidade do Senado, há um buraco de R\$ 31,9 bilhões e o limite de despesas neste ano é de R\$ 1,486 trilhão. Pelos cálculos

da IFI, para respeitar essa restrição, as despesas discricionárias — e que podem ser cortadas — não podem ultrapassar R\$ 107,2 bilhões, mas estão orçadas no projeto aprovado pelo Congresso em R\$ 139,1 bilhões.

Até então, o único aceno na tentativa de corrigir as distorções no Orçamento viera do relator Márcio Bittar. Ele recebeu sinal verde do presidente para fazer as emendas cortando gastos obrigatórios, pois Bolsonaro quer pavimentar o caminho da reeleição, em 2022, inaugurando obras pelo país.

O parlamentar turbinou os investimentos em mais de 100%. Conforme levantamento feito pela Associação Contas Abertas, após as mudanças feitas pelo Legislativo, os investimentos do governo, excluindo estatais, foi ampliado em 102,7%, passando de

R\$ 25,9 bilhões para R\$ 52,5 bilhões — aumento de 102,7%, com os acréscimos e cancelamentos.

Como resultado das alterações, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por exemplo, ficou com o maior volume de investimentos: R\$ 16,1 bilhões. Antes, a previsão era de R\$ 2,3 bilhões, um salto de 600% para a pasta comandada por Rogério Marinho — cuja previsão orçamentária foi ampliada em 158%, passando de R\$ 9,1 bilhões para R\$ 23,5 bilhões. E esses R\$ 14,4 bilhões a mais são as emendas parlamentares com foco em obras em municípios, principalmente, no Nordeste.

Outras duas pastas também ficaram entre os destaques de maiores investimentos, deixando saúde e educação embaixo na fila de prioridades. O Ministério da Defesa, com o segundo maior orçamento de investimentos, pode-

R\$ 1,4 TRILHÃO
é o limite de despesas para este ano

rá investir R\$ 8,9 bilhões; o da Infraestrutura, com R\$ 8 bilhões, ficou com o terceiro maior volume.

Prioridades

Enquanto isso, as previsões de investimentos dos ministérios da Educação e da Saúde, passaram de R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1,9 bilhão, respectivamente, para R\$ 4,1 bilhões e R\$ 4 bilhões. Os recursos das duas pastas somadas (R\$ 8,1 bilhões) são a metade da nova previsão do MDR, apesar de empatarem com a Infraestrutura e perderem para a Defesa.

“O Orçamento deveria espelhar as prioridades da União. Não há a mínima lógica, em um cenário agudo de pandemia, em que faltam hospitais e equipamentos, que o MDR tenha R\$ 16 bilhões em investimentos e a Saúde, R\$ 4 bilhões”, lamentou Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Além de lamentar o fato de Educação e Saúde não serem prioridades nesse Orçamento em plena pandemia de covid-19, Fábio Klein, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria, destacou a discrepância entre os gastos com pessoal da Educação e da Defesa. Enquanto a previsão de desembolsos com pessoal da Educação para este ano é de R\$ 45,6 bilhões, o segundo maior gasto é com os servidores do Ministério da Defesa, de R\$ 43,2 bilhões, que possui um contingente menor. “Sabemos que o número de professores é maior do que o de militares, em termos de capital humano. Logo, os militares acabam custando praticamente o mesmo que os professores. Isso comprova que a Educação os professores não são prioridade”, lamentou.

IRPF 2021

Congresso quer prorrogar, mas prazo é dia 30

» ALEXIA OLIVEIRA*

É importante ficar atento ao calendário. Falta menos de um mês para o término do período estipulado pela Receita Federal para acertar as contas com o Leão. O prazo limite para entregar a declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) 2021 termina às 23h59 de 30 de abril. Em razão do agravamento da pandemia do novo coronavírus, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que amplia data para 31 de julho, mas o PL ainda precisa passar pelo Senado e ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro. Vale, portanto, o prazo estipulado pelo Fisco.

O processo para quem se atrapalhar ao deixar para a última hora

é o mesmo de quem entregou dentro do prazo: basta preencher os dados no programa da Receita Federal e enviar o documento. Contudo, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74. A cada mês de atraso, a Receita acrescenta mais 1% sobre o imposto devido, até o limite de 20% desse montante.

O cálculo do imposto a pagar é feito de forma automática pelo programa da Receita. Para enviar a declaração do Imposto de Renda para Pessoas Físicas, está disponível o programa gerador DIRPF21, bem como o aplicativo “Meu Imposto de Renda”, disponível nas plataformas da Google Play e da Apple Store. Segundo o Ministério da Economia, a expectativa é de entrega do documento de 32 milhões de declarações até o fim do mês.

A prestação de contas à Receita deverá ser feita por quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 na soma anual em 2020. Também por aqueles que tiveram rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados na fonte (como poupança ou saque do FGTS) no valor igual ou acima de R\$ 40 mil. Quem negociou ações na Bolsa de Valores, possua bens materiais como propriedades, acima de R\$ 300 mil, ou teve receita de mais de R\$ 142.798,50 em atividade rural também está na lista de declarantes.

O economista e presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, César Berço, explica que o contribuinte deve evitar correr o risco de cair na malha fiscal, que é que o processo de verificação de inconsistências na declaração do IR.

“É importante entregar a declaração dentro do prazo, pois, caso seja localizado algum erro, a pessoa pode pedir uma retificação e não pagar a multa”, afirma.

Ele diz ser preciso evitar supressas e destaca o auxílio emergencial como uma das mudanças a serem declaradas no Imposto de Renda deste ano. “É uma novidade. Quem recebeu auxílio emergencial deverá apresentar na declaração também, desde que o valor seja igual ou maior que R\$ 22.847,76”, salienta. Para o economista Riezo Almeida, mesmo que o processo seja autoexplicativo, neste ano, houve muitas mudanças e ficar atento a isso evita erros infantis.

*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

Reprodução



Para Receita, data de 31 de julho só vale se o PL passar e for sancionado